



remaa

Etnoconhecimento e Educação Ambiental: um mapeamento de artigos em periódicos nacionais

Gabriela Rodrigues Longo¹

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4544-437X>

Airton José Vinholi Júnior²

Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0024-0528>

Resumo: O etnoconhecimento, ou seja, o conhecimento criado a partir das concepções de diferentes grupos tradicionais, que desenvolvem padrões específicos de interpretar e se relacionar com o meio ambiente, pode ser interpretado como um ponto de partida para a construção dos saberes ambientais necessários à transformação de nossa racionalidade econômica atual. De modo que, com o objetivo de investigar a produção de artigos sobre etnoconhecimentos em revistas de Educação Ambiental (EA), realizamos uma pesquisa do tipo “estado do conhecimento”, que resultou em um mapeamento das investigações a respeito de conhecimentos tradicionais em três periódicos brasileiros com enfoque na EA. E, ainda que seja possível vislumbrar uma valorização crescente da temática dos etnoconhecimentos na EA, se faz necessário uma ampliação do número de pesquisas a partir das lacunas aqui encontradas.

Palavras-chave: Etnoconhecimento, Educação Ambiental, estado do conhecimento.

Etnocognición y Educación Ambiental: un mapeo de artículos em publicaciones periódicas nacionales

Resumen: La etnocognición, es decir, el conocimiento creado a partir de las concepciones des diferentes grupos tradicionales, que desarrollan patrones específicos de interpretación y relación con el médio, puede interpretarse como um punto de partida para la construcción del conocimiento ambiental necesario para la

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Instituto de Física – Cidade Universitária, Campo Grande, MS, Brasil. E-mail: gabriela.longo28@hotmail.com

² Doutor em Educação. Docente EBT do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Instituto de Física – Cidade Universitária, Campo Grande, MS, Brasil. E-mail: vinholi22@yahoo.com.br

transformación de nuestra racionalidad económica atual. Entonces, para investigar la producción de artículos sobre etnoconocimiento em revistas de Educación Ambiental (EA), realizamos una investigación de “estado del cononimiento”, que resultó em un mapeo de investigaciones sobre conocimiento tradicional en tres revistas brasileñas centradas en EA. Y, aunque es posible vislumbrar uma creciente apreciación del tema del etnoconocimiento en EA, es necesario ampliar el número de investigaciones a partir de los vacíos aquí encontrados.

Palabras clave: Etnocognición, Educación Ambiental, estado de conocimiento.

Ethnocognition and Environmental Education: a mapping of articles in national periodicals

Abstract: Ethnocognition, that is, knowledge created from the conceptions of different tradicional groups, whih develop specific patterns of interpreting and relating to the environment, can be interpreted as a stating point for the construction of the environmental knowledge necessary for the transformation of our current economic rationality. So, in order to investigate the production of articles on ethnocognition in Environmental Education (EE) journals, we conducted a “state of knowledge” research, which resulted in a mapping of investigations regarding tradicional knowledge in three Brazilian journals focusing on EA. And, although it is possible to glimpse a growing appreciation of the theme of etnocognition in EA, it is necessary to expand the number of researches based on the gaps found here.

Keywords: Ethnocognition. Environmental Education. State of knowledge.

Introdução

Nossa sociedade contemporânea é fruto do desenvolvimento da sociedade moderna, que se firmou a partir de uma urbanização e mercantilização crescente. Segundo Carvalho (2012), essa mudança cultural colocou em vigor o projeto de modernidade e foi protagonizada por uma aristocracia burguesa, que buscou diferenciar-se da nobreza feudal por meio de novos valores culturais e padrões de comportamento, formando a base ideológica da modernidade. Neste contexto, a ideia de civilidade e cultura era o oposto das ideias naturais associadas ao selvagem, à barbárie, relacionando o conceito de civilização ao de progresso (CARVALHO, 2012). O progresso, neste sentido, é determinado pelo desenvolvimento econômico, ou seja, o projeto de modernidade, almejado e alcançado após a Revolução Industrial, instaura o sistema capitalista através de um ideal de evolução a partir do crescimento econômico.

Carvalho (2012) explica que a cidade passa a se apresentar como o lugar designado de civilidade em contraponto à natureza selvagem e que, assim, sair da floresta e ir para a cidade era considerado um ato civilizatório. A natureza passa a ser considerada um outro

externo à esta sociedade civilizada e classificada segundo sua utilidade em suprir as necessidades humanas imediatas.

A cisão entre sociedades humanas e natureza é diariamente visualizada por meio de práticas exercidas para a manutenção do desenvolvimento econômico. Estas práticas são representações das demandas cegas de nossa espécie, que aumentaram a ponto de se tornarem insustentáveis para o planeta. Nesta conjuntura, movimentos imersos no clima contracultural começaram a discutir as consequências do desenvolvimento econômico de nossa sociedade, determinando que nos encontramos em um contexto de crise socioambiental, caracterizada por discussões dos problemas ambientais, sociais e a relação entre eles.

De acordo com Leff (2006), o paradigma que passou a nos constituir enquanto sociedade civilizada a partir do capitalismo é fundado em uma “racionalidade econômica”, que “[...] levou à recodificação do mundo – de todos os entes e ordens ontológicos – em termos de valor econômico, mas ficou sem um referente e sem suporte na ordem da natureza” (p. 77). Segundo esta lógica, o valor de algo (ou alguém) é determinado por sua utilidade e lucratividade, tornando todos os bens ambientais, incluindo os seres vivos, recursos do sistema capitalista.

Como um caminho de contestação a esta racionalidade econômica, Leff (2006) propõe a concepção de uma “racionalidade ambiental” (p. 82), que se funde no ideário de uma política da diversidade, da diferença, do potencial da natureza, e que se constrói mediante uma teoria social, cultural e política. Discute-se, a partir disso, a emergência de um novo saber que una novamente ser humano e ambiente, que desconstrua a ordem teórica atual para a construção de um novo paradigma do conhecimento que ultrapasse o saber objetivo, que foi meio e combustível para o contexto de estabelecimento do sistema capitalista.

Assim, a racionalidade ambiental, constituída a partir de saberes ambientais, procura forjar um pensamento que não pretende nem representar, nem limitar ou modelar a natureza, mas sim recuperar as potencialidades de um pensamento que inclua a ordem

ecológica como um de seus principais aspectos. Sobre esses saberes ambientais, Leff (2009) considera que:

O saber ambiental não é o conhecimento da biologia e da ecologia; não trata apenas do saber a respeito do ambiente, sobre as externalidades das formações teóricas centradas em seus objetos de conhecimento, mas da construção de sentidos coletivos e identidades compartilhadas que formam significações culturais diversas na perspectiva de uma complexidade emergente e de um futuro sustentável (p. 21).

Dessa maneira, a racionalidade ambiental se constrói a partir do encontro ou diálogo de saberes plurais e os mais diversos atores sociais. Compreendemos aqui a importância da composição desta racionalidade que possibilita a reconstituição de teorias e práticas científicas, que orienta a uma transformação da função social da ciência e do conhecimento, em direção a valorização de saberes não-científicos e culturalmente arraigados ou tradicionais. Esta redefinição do nosso sistema de conhecimentos se torna primordial se considerarmos o explicado por Leff (2009), que revela que a crise em que nos encontramos se funda no paradigma que rege nosso sistema de conhecimentos: “a crise ambiental é uma crise da razão, do pensamento, do conhecimento” (p. 18).

Quando tratamos do conhecimento que rege nosso paradigma atual, interpretamos, assim como Floriani (2009, p. 10), que

Para captar a dinâmica da produção do conhecimento, é necessário observar como o mesmo se processa, na dimensão histórica das sociedades, por meio de arranjos institucionais; nesse processo, ocorrem situações de valorização, leia-se legitimação, de conhecimentos hierarquizados, bem como de desvalorização de outros, considerados inferiores, marginalizados e objeto de pouco crédito, através da refutação pelos saberes constituídos e instituídos de poder.

No quadro descrito, saberes que se fundam numa relação de equilíbrio com o meio são fundamentais, entretanto encontram-se diminuídos. Saberes que são inspirados pela crítica emergente ao estado de dominação das minorias e do meio ambiente, saberes múltiplos, plurais e que contemplem uma diversidade epistemológica, expressando diferentes vias de pensamento e de diferentes vozes. Nos aproximamos, então, de Loureiro (2020), que elucida que, no que cabe a contribuir com as lutas emancipatórias e de

transformação da realidade, o ato de perscrutar categorias teóricas e metodológicas centrais às experiências educativas com povos tradicionais é uma exigência estratégica.

Vasconcelos, Braz e Rodrigues (2017) definem que as comunidades tradicionais reúnem populações que mantêm atividades mistas de uso de bens ambientais, tais como pesca, agricultura e criação de animais, sendo que a importância de cada uma destas atividades varia na economia familiar. Estas comunidades combinam desenvolvimento econômico e uso de bens ambientais, de forma a alcançar qualidade de vida e preservação do meio ambiente. Na intenção, por conseguinte, de dar voz aos conhecimentos silenciados na sociedade capitalista, nos voltamos a um saber que tem sido frequentemente desprezado pela ambição do capitalismo contemporâneo brasileiro: o conhecimento tradicional ou etnoconhecimento.

Etnoconhecimento e saberes ambientais: uma relação intrínseca

Quando refletimos sobre o sistema de conhecimentos de nossa sociedade, podemos perceber que tanto sua produção, quanto sua disseminação, acontecem em espaços muito restritos. Ainda hoje, com o advento das Universidades públicas e do incentivo à pesquisa e democratização do conhecimento, percebemos que este ainda é restrito a uma elite intelectual. Isso é um problema principalmente quando refletimos que o Brasil está imerso em uma cultura de negacionismo a ciência. Assim, faz-se indispensável que as pesquisas e a produção do conhecimento sejam aliadas de saberes tradicionais, populares e considerados típicos dentro de nossa sociedade.

O etnoconhecimento é compreendido como o conhecimento criado a partir das concepções de diferentes grupos tradicionais, que, ao longo do tempo, desenvolveram padrões específicos de interpretar o mundo e atribuir significados para os fenômenos que presenciam em sua relação com a natureza (ALMEIDA, *et al.*, 2016). E são estas interações com o meio ambiente que possibilitam a produção, o acúmulo e a difusão dos conhecimentos produzidos localmente através das gerações.

Segundo Freire (2015), com o início das discussões sobre etnociência na década de 1960, o conhecimento das populações passou a ser estudado a partir de seus padrões e

princípios, de modo a tratar das formas como o ser humano se relaciona com o meio. Este conhecimento é um estudo sobre os conhecimentos tradicionais, aqueles arraigados em comunidades e sistemas sociais, que denotam e exemplificam diferentes maneiras de se relacionar com o ambiente em que vive.

Dessa forma, as etnociências vêm formando um campo de estudos que se preocupa com a relação entre a cultura, as crenças e práticas locais, e os saberes construídos ao longo do tempo a partir de idiosincrasias de determinadas comunidades. Com sua origem arraigada no campo da sociolinguística e da antropologia cognitiva, este é também um campo de pesquisa que investiga as diversas percepções culturais da relação entre ser humano e a natureza, bem como a maneira e finalidade pelas quais estas percepções são ordenadas e classificadas pelas sociedades por meio da linguagem (POSEY, 1984; BEGOSSI, 1993).

Levando-se em consideração que o desenvolvimento do pensamento científico atual impôs a homogeneização sociocultural das zonas rurais, acarretando na perda do conhecimento local, adquirido por meio da interação ser humano-natureza e transmitido ao longo das gerações (GUZMÁN, 2001), é de fundamental importância que nos voltemos a discussões e trabalhos realizados na temática da etnociência, para, assim, enxergarmos a necessidade de resgatar e valorizar esses saberes tradicionais (FREITAS *et al.*, 2011).

Quando refletimos às questões relativas aos problemas ambientais, a importância do etnoconhecimento é significativa, uma vez que fomenta uma abordagem interdisciplinar das questões relativas ao meio ambiente, promovendo a valorização e a integração entre os diferentes saberes. E, para fazer frente aos problemas ambientais, se faz imprescindível saberes que reivindiquem e preparem a população para construir uma sociedade ética em suas relações sociais e com a natureza (REIGOTA, 2017).

É neste sentido que Silva (2013) aponta que desenvolver a Educação Ambiental (EA) nos permite relacionar o conhecimento tradicional aos problemas socioambientais e buscar a emancipação da sociedade. Assim, a EA se faz presente neste trabalho como forma de enfrentamento e transformação do relacionamento do ser humano com o meio, e do entendimento da necessidade de preservação dos elementos que fazem parte do mesmo,

assim como veículo de modificação dos conhecimentos que dão base aos nossos sistemas sociais e econômicos.

Na perspectiva de debate e construção coletiva de discussões sobre as questões socioambientais, compreendemos que os saberes ambientais necessários para começarmos a reverter a atual crise socioambiental, se encontram prioritariamente com aqueles que estão em condição de expropriação e opressão social, econômica e ambiental, por serem estes os sujeitos que vivenciam os efeitos da crise em sua maioria. Dessa maneira, o papel da EA está centrado na contribuição com as lutas emancipatórias, de forma a diminuir as desigualdades e a democratizar a produção e disseminação do conhecimento. A fragmentação e elitização do conhecimento produzida pela racionalidade econômica facilita que se separem os impactos ambientais de suas causas, entretanto, a partir de um conhecimento interdisciplinar, que traga ao ser humano uma visão complexa e histórica da totalidade do ser enquanto ser natural, podemos restabelecer e ressignificar a relação existente entre sociedade e natureza.

Acreditamos, conforme explicado por Carvalho (2012), que a busca da historicidade, como horizonte de proposição das relações ambientais, nos auxilia na direção de um equilíbrio na relação existente entre as necessidades humanas e as condições ambientais. Vislumbramos que a historicidade presente no etnoconhecimento pode auxiliar em um caminho que “[...] afronta uma ordem social ecologicamente nociva” (LAYRARGUES, 2020, p. 61). Segundo o autor, o problema da sociedade contemporânea não é mais a falta de conscientização sobre a crise socioambiental, mas sim a “[...] falta de compromisso e responsabilidade ambiental no mundo político e das lideranças econômicas” (p. 59), de modo que necessitamos de discussões que nos apresentem a possibilidade de contato com modos diferenciados de vida e saberes ambientais provenientes de uma relação de equilíbrio com o meio ambiente.

Com o intuito de auxiliar na interface entre etnoconhecimento, a produção de saberes ambientais e a Educação Ambiental, nos dirigimos à observação do campo de pesquisa brasileiro na EA em relação aos conhecimentos tradicionais. Assim, considerando as contribuições do etnoconhecimento para a EA, a presente pesquisa teve como objetivo

investigar a produção de artigos sobre etnoconhecimento em periódicos com enfoque na Educação Ambiental. Para tanto, foi realizada uma pesquisa do tipo “estado do conhecimento”, que resultasse em um mapeamento das investigações a respeito de conhecimentos tradicionais em três periódicos de profunda relevância em publicações no campo da EA do Brasil.

Referências metodológicas

Com base nos aspectos apontados, nos voltamos a um mapeamento da produção brasileira em Educação Ambiental sobre etnoconhecimento. Segundo Romanowski e Ens (2006), ainda faltam estudos que realizem um balanço e encaminhem para a necessidade de um mapeamento, a fim de desvendar e examinar o conhecimento já elaborado e também apontar os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes. A realização destes mapeamentos possibilita contribuir com a organização e análise de um campo, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as necessidades de transformação social.

Assim, as pesquisas que realizam revisão e mapeamento bibliográfico são importantes para reunir os resultados e considerações dos estudos de determinada área, de modo seja possível a utilização destes dados para fins de estudo e formação (SANTANA; SOFIATO, 2018). Entre as categorias de pesquisas de revisão bibliográfica, as pesquisas do tipo “estado da arte” e “estado do conhecimento” vêm ganhando destaque pela possibilidade de sistematização da produção numa determinada área do conhecimento a fim de dimensionar a amplitude do que vem sendo produzido.

De acordo com Romanowski e Ens (2006), os estudos denominados de “estado da arte” são aqueles que abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções, como por exemplo: “para realizar um “estado da arte” sobre “Formação de Professores no Brasil” não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área” (p. 39-40). Enquanto isso, os estudos que abordam

apenas um setor das publicações sobre determinada temática são, segundo as autoras, chamados de “estado do conhecimento”.

O presente estudo se propôs, então, a realizar um mapeamento, do tipo estado do conhecimento, a respeito de etnoconhecimentos em três das principais revistas de Educação Ambiental brasileiras: a Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), que é fruto da organização da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e foi criada em 1992³; a Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA), que é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e é mantida desde 1999⁴; e a Revista Pesquisa em Educação Ambiental (Revipea), que é um periódico interinstitucional, organizado por pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e da Universidade de São Paulo (USP)⁵. O recorte temporal abrange três anos de publicações das revistas, no qual foram selecionados os anos de 2018, 2019 e 2020, por serem mais recentes e, assim, considerados relevantes no entendimento atual da temática pesquisada.

Ademais, a presente pesquisa se apresenta como forma de mapear tendências e lacunas da pesquisa sobre etnoconhecimento na área da Educação Ambiental (EA) brasileira, de modo que sirva como fomento para a realização de outras investigações e práticas que trabalhem com a relação entre conhecimentos tradicionais, saberes ambientais e EA.

Resultados e discussão

Como explicado, o *corpus* documental em análise nesta pesquisa é composto por artigos dos anos de 2018, 2019 e 2020, de três diferentes revistas de Educação Ambiental (EA) brasileiras, que tratassem ou utilizassem referenciais e metodologias referentes a etnoconhecimento ou conhecimentos tradicionais.

A constituição do *corpus* consistiu nas seguintes etapas: definição dos termos de busca; “leitura flutuante dos resumos” encontrados; definição de critérios para a seleção;

³ Informações sobre a RevBEA: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/index> (Acesso em 24 de janeiro de 2021).

⁴ Informações sobre a REMEA: <https://periodicos.furg.br/remea/index> (Acesso em 24 de janeiro de 2021).

⁵ Informações sobre a Revipea: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/index> (Acesso em 24 de janeiro de 2021).

busca e leitura dos trabalhos completos. Para a busca, foram utilizados dois termos de busca: “etno” e “tradicional” / “tradicionais”, sendo que a busca foi feita inicialmente pelos títulos dos trabalhos e depois averiguando artigo a artigo por uso de um dos termos. É importante mencionar que, enquanto critério específico de seleção dos artigos, foram excluídos aqueles que tratam de percepção ambiental, mas não fazem menção a etnoconhecimento ou conhecimentos tradicionais especificamente.

Foram selecionados 19 artigos no total, sendo 15 indexados na Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), dois na Revista Pesquisa em Educação Ambiental (Revepea) e dois na Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA). Apresentamos os dados referentes a título dos artigos, a revista em que cada um foi indexado, o Estado da federação em que cada trabalho foi realizado e o seu ano na Tabela 1.

Tabela 1 – Dados dos artigos que compõe o *corpus* documental da pesquisa

Título	Revista	Local	Ano
Comunidade, Meio Ambiente e Etnociência: saberes locais na conservação dos recursos naturais	RevBEA	PB	2018
Educação Ambiental em paisagem cárstica para o desenvolvimento do turismo sertanejo no semiárido cearense	RevBEA	CE	2018
Estudo etnobotânico com crianças e adolescentes na Comunidade São Francisco, Cabaceiras (PB)	RevBEA	PB	2018
Percepção ambiental de crianças sobre primatas por meio de mapas mentais: subsídios para Educação Ambiental	RevBEA	PB	2018
Pibid em uma escola do campo: uma proposta de Educação Ambiental para trabalhar problemas referentes às doenças de veiculação hídrica	RevBEA	BA	2018
Sociedade tradicionais e conservação da natureza	RevBEA	BA	2018
O exercício da liberdade na ética tradicional ribeirinha pantaneira amparado na	Revepea	MT	2018

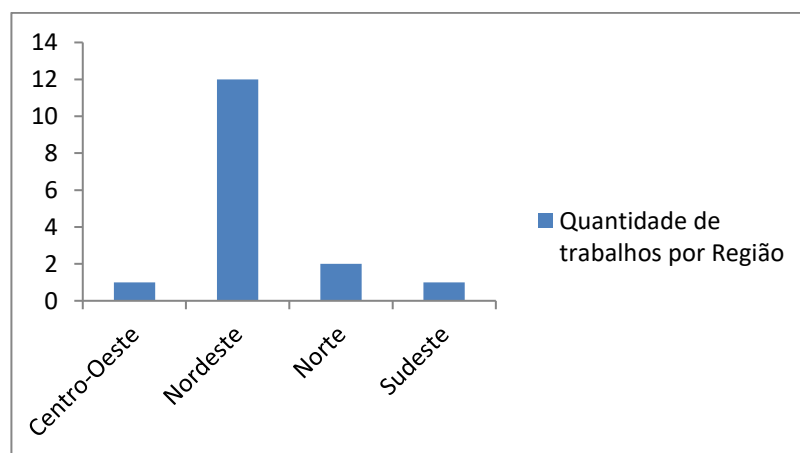
dialogicidade e na criticidade: reflexões teóricas			
Ações de sustentabilidade no descarte e utilização de conchas de mariscos na comunidade pesqueira do distrito de livramento, Santa Rita (PB)	RevBEA	PB	2019
Alternativas políticas e pedagógicas da produção de sabão artesanal: um diálogo com a Educação Ambiental	RevBEA	BA	2019
A pesca artesanal e a conservação de biodiversidade de peixes no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pantaneiras e dos pantaneiros	RevBEA	MT	2019
Manejo tradicional da pesca na Área de Proteção Ambiental do Delta das Américas	RevBEA	PI	2019
Entrelaçamentos entre justiça climática e educação ambiental: diálogos com mulheres de comunidades tradicionais do Mato Grosso e Galícia	Revipea	MT / Espanha	2019
Caminhar, olhar e perceber: Educação para conhecer e conservar o cerrado	REMEA	MG	2019
A pesca artesanal e a comunidade do Jaraguá: um mapeamento científico	RevBEA	AL	2020
Pedagogia para envolvimento mais sustentáveis: o amazoniar pós-pandemia	RevBEA	AM	2020
Percepção sobre o uso de plantas medicinais e impactos no cerrado na região da cidade de Goiás (GO)	RevBEA	GO	2020
Uma Educação Ambiental para além da pandemia: aprendizados decoloniais com outras comunidades e com outras pedagogias	RevBEA	BA	2020
Uma lição de sustentabilidade dos ribeirinhos do paraná do Limão, Parintins (AM)	RevBEA	AM	2020
Ecologia como uma sinfonia da vida, das vozes do semiárido ao pertencimento planetário: uma rede conectada de sujeitos	REMEA	PB	2020

Fonte: artigos do *corpus* documental.

Com a análise da tabela, podemos notar alguns pontos marcantes. De início, observa-se que no ano de 2018 não tivemos trabalhos da temática do etnoconhecimento na REMEA, tratando-se então de seis artigos da RevBEA e um da Revipea, somando um total de sete trabalhos. No ano de 2019 foram indexados artigos nas três revistas, encontrando-se quatro artigos na RevBEA, um na Revipea e um na REMEA, totalizando seis trabalhos. Já no ano de 2020, a revista que não apresentou artigos na temática foi a Revipea, sendo cinco artigos na RevBEA e um na REMEA, com um total de seis trabalhos novamente. Percebemos um equilíbrio na quantidade de trabalhos apresentados por ano nas revistas, em que todos têm baixa quantidade de pesquisas que tratam de conhecimentos tradicionais.

Outro ponto a se contemplar é a distribuição geográfica das pesquisas. A grande maioria dos artigos foi produzida no Nordeste, com cinco trabalhos na Paraíba, um no Ceará, quatro na Bahia, um no Piauí e um no Estado de Alagoas. A próxima região em volume de trabalhos é a região Centro-Oeste, com apenas quatro artigos, destes três realizados no Mato Grosso e um em Goiás. Da região Norte foram contabilizados dois trabalhos, sendo ambos realizados no Estado do Amazonas. E obtivemos, ainda, um trabalho realizado na região Sudeste, no Estado de Minas Gerais. Por fim, a destacamos que não foram identificados trabalhos da região Sul em nossa busca, ainda que uma das revistas seja do mestrado em uma Universidade do Sul do Brasil. A diferença na quantidade de trabalhos por região do país pode ser melhor observada no gráfico 1.

Gráfico 1 – Volume de artigos por região do Brasil



Fonte: artigos do *corpus* documental.

A respeito das localizações geográficas, de maneira geral, as pesquisas em EA realizadas nas regiões Sudeste e Sul tendem a aparecer com maior frequência, seguidas pelas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte (MAGACHO, 2017). Estes resultados foram encontrados tanto nas pesquisas que analisaram teses e dissertações, quanto em pesquisas que analisaram outras produções teóricas no campo da EA (ALVES, 2006; CARVALHO *et al.*, 2016; LORENZETTI, 2008; LORENZETTI; DELIZOICOV, 2006; SOUZA; SALVI, 2011). Para estes autores, a predominância das regiões Sudeste e Sul é explicada pelo fato de que, usualmente, as pesquisas em EA são realizadas nos Programas de Pós-graduação (PPG), principalmente vinculados às Universidades públicas, que estão localizadas em grande parte nestas regiões. Entretanto, apesar das tendências observadas pelos autores citados, no que concerne a artigos que tratam de conhecimentos tradicionais em EA, observamos que a maioria dos trabalhos foram realizados no Nordeste. E, ainda que exista uma usual predominância das regiões Sudeste e Sul nas pesquisas em EA, a primeira obteve na presente pesquisa apenas um trabalho registrado e a segunda nenhum.

Tratando das referências metodológicas utilizadas nos artigos selecionados, no ano de 2018 tivemos a predominância da abordagem qualitativa com diferentes estratégias, como observação participante e não participante; entrevistas semiestruturadas; mapas mentais; a utilização de questionários; e, ainda, três artigos baseados em reflexões teóricas.

No ano de 2019, os artigos tiveram uma variação ainda maior de escolhas metodológicas, sendo que um deles apresentou uma abordagem quali-quantitativa, a partir de entrevistas semiestruturadas e um protocolo observacional. Além disso, podemos citar a utilização da observação participante aliada a entrevistas narrativas; conversas informais aliadas a questionários; o método etnográfico junto a um estudo bibliográfico e análises relativas ao meio ambiente, como teste de densidade, teor de umidade e pH; a utilização da metodologia comunicativo-crítica; e, ainda, a Cartografia do Imaginário a partir de um aporte fenomenológico.

Nos artigos publicados em 2020, obtivemos novamente um com o aporte qualitativo, baseado em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, a partir de um questionário formulário. Encontramos também outras metodologias qualitativas como a observação direta; a revisão de literatura; a abordagem direta com a utilização de questionários semiestruturados; e o debate no campo crítico-reflexivo com diferentes abordagens, como a reflexão a partir dos conhecimentos tradicionais para o trabalho na Educação Ambiental baseada em pedagogias diferenciadas, com o ideal do Bem Viver e a discussão da decolonialidade.

Para além disso, consideramos pertinente discutir alguns dos referenciais teóricos utilizados nos artigos. Iniciando pelo ano de 2018, encontramos a questão dos conhecimentos tradicionais e do etnoconhecimento tratada a partir de diferentes perspectivas. Podemos citar a utilização do método de trabalho da etnografia, a partir de Padilha e Cabral (2014)⁶, que, segundo Rocha e Eckert (2008), consiste em um método específico da pesquisa antropológica, composto de técnicas e procedimentos de coletas de dados associados a uma prática do trabalho de campo, a partir de uma convivência prolongada do pesquisador junto ao grupo social a ser estudado. A etnografia apresenta um potencial para a pesquisa do etnoconhecimento a partir de uma reorientação da função social da ciência e do conhecimento que, conforme discutido anteriormente, direciona os saberes não-científicos a uma valorização em diferentes ambientes, como o acadêmico.

Encontramos também a perspectiva do diálogo de saberes entre conhecimentos tradicionais e saberes acadêmicos, utilizando como base Silva e Frota (2012)⁷. Este diálogo entra em consonância com a racionalidade ambiental de Leff (2009), que só poderá ser construída a partir de um encontro de saberes plurais e dos mais diversos atores sociais. Ainda nos artigos publicados em 2018, nos deparamos com a concepção da etnociência

⁶ PADILHA; CABRAL. **Significado de Etnografia**. significados.com.br., 2014.

⁷ SILVA, Graziela Gonçalves Souza e; FROTA, Patrícia Vasconcelos. Educação Ambiental como estratégia sustentável de convivência em áreas susceptíveis à desertificação no Estado do Ceará. *In*: FALCÃO SOBRINHO, J.; FIGUEIREDO, M.; COSTA FALCÃO, C. L. **Meio ambiente e sustentabilidade no semiárido**. Sobral (CE): Edições Universitárias, 2012.

(SILVA; FRAXE, 2013; COSTA, 2008)⁸ de maneira geral e suas ramificações, como etnobiologia, etnoecologia (MARQUES, 1995)⁹ e etnobotânica (ALBUQUERQUE, 2005)¹⁰. É interessante resgatar a discussão empreendida anteriormente a respeito das etnociências, enquanto o campo de estudos que se volta à relação estabelecida entre cultura, crenças e práticas locais, e os saberes construídos ao longo do tempo, uma vez que estes estudos têm o potencial de recuperar um pensamento que inclua a ordem ecológica como um de seus principais aspectos.

Os conhecimentos tradicionais foram tratados, ainda no ano de 2018, a partir da questão de sociedades e territórios tradicionais (CAPOTORTI, 1979)¹¹, e da perspectiva da ética tradicional ribeirinha, com base em Souza e Logarezzi (2017; 2018a)¹². Conforme trazido anteriormente, a Educação Ambiental (EA), aqui compreendida como crítica e emancipatória, se faz presente neste trabalho como forma de enfrentamento e transformação do relacionamento do ser humano com o meio, e da compreensão da necessidade de preservação dos elementos que fazem parte do mesmo, assim como veículo de modificação dos conhecimentos que dão base aos nossos sistemas sociais e econômicos. Neste sentido, ressaltamos que o conceito de ética tradicional ribeirinha, enquanto uma visão de ética comprometida com a vida, com o respeito aos saberes tradicionais e com a denúncia aos processos que intentem colonizar o mundo da vida de pescadoras e pescadores tradicionais (SOUZA; LOGAREZZI, 2018b), se relaciona com esta proposta de EA

⁸ SILVA, Francisca de Jesus Pimentel da; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Saberes de populações tradicionais: etnociência em processos de bioconservação. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, España, ago. 2013.

COSTA, Ronaldo Gonçalves de Andrade. Os Saberes Populares da Etnociência no Ensino das Ciências Naturais: uma proposta didática para aprendizagem significativa. **Revista Didática Sistemática**, Rio Grande-RS, v. 8, jul.-dez. 2008.

⁹ MARQUES, José Geraldo W. **Pescando pescadores**: etnoecologia abrangente no baixo São Francisco alagoano. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995. 285 p.

¹⁰ ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino. Introdução à Etnobotânica. 2ª ed. Rio de Janeiro: **Interciência**, p. 120, 2005.

¹¹ CAPOTORTI, Francesco. **Study on the Rights of Persons Belonging to Ethnic, Religious and Linguistic Minorities**. New York: ONU, 1979.

¹² SOUZA, Silvano Carmo de; LOGAREZZI, Amadeu José Montagnini. Educação ambiental dialógico-crítica com comunidades tradicionais no Pantanal de Mato Grosso: a solidariedade e os enfrentamentos nas práticas sociais. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 22, n. 1, p. 111-131, 2017.

SOUZA, Silvano Carmo de; LOGAREZZI, Amadeu José Montagnini. Educação Ambiental e participação comunicativa: diálogos com pescadoras/es artesanais no Pantanal de Mato Grosso. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 332-353, 2018a.

que vise desenvolver saberes inspirados na crítica emergente ao estado de dominação das minorias e do meio ambiente, que contemplem uma diversidade epistemológica, expressando diferentes vias de pensamento e diferentes vozes.

No ano de 2019, tivemos novamente o método etnográfico sendo utilizado como base, mas a partir da perspectiva metodológica de Hammersley e Atkinson (2007)¹³. Encontramos também a discussão dos saberes tradicionais a partir de diferentes pensamentos, com Ingold (2010, 2016)¹⁴ e bem como com Diegues e colaboradores (1995; 2000; 2002)¹⁵.

Ressaltamos também a perspectiva de conhecimento tradicional a partir de Cunha (2009)¹⁶ e o conceito de etnoconservação (PEREIRA; DIEGUES, 2010)¹⁷. A discussão acerca da etnoconservação, segundo Pereira e Diegues (2010), tem seu princípio em 1952 e se direciona para a classificação de elementos naturais segundo mitos, valores e visões de mundo de populações tradicionais. A partir desta abordagem, procura-se a compreensão do modo como os elementos culturais influenciam ou até mesmo determinam o manejo dos bens ambientais, ao mesmo tempo que proporcionam sua conservação. Nesta ótica, mais do que uma área do conhecimento científico, a etnoconservação é identificada como uma possibilidade para a proteção dos bens ambientais a partir de seu valor intrínseco, vinculado não só a sua utilidade ou lucratividade enquanto recurso do sistema capitalista. Dentro da etnoconservação, vislumbra-se a potencialidade de findar a cisão entre sociedades humanas e natureza, por meio de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006) fundada a partir da

¹³ HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Ethnography: Principles in practice**. 3rd ed. United Kingdom: Routledge, p. 275, 2007

¹⁴ INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, v. 33, n. 1, 2010. INGOLD, Timothy. Chega de Etnografia! **Educação**, v.39, n.3.p.404-411, set-dez, 2016.

¹⁵ DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Pescadores artesanais e a questão ambiental. *In*: DIEGUES, A. C. (Org.). **Povos e Mares**. São Paulo: NUPAUB, 1995. p.131-137.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; *et al.* **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; *et al.* (org.) **Povos e águas: inventário de áreas úmidas brasileiras**. NUPAUB, 2002.

¹⁶CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2009.

¹⁷PEREIRA, Bárbara Elisa; DIEGUES, Antônio Carlos. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 22, p 37-50, 2010.

diversidade, do potencial da natureza, e que se constrói mediante uma teoria social, cultural e política.

Por fim, no ano de 2020, a questão dos saberes tradicionais apareceu a partir de Almeida (2017)¹⁸, em uma discussão relacionada ao conceito de complexidade de Edgar Morin¹⁹, e também a partir da relação entre saberes ambientais e saberes tradicionais com Enrique Leff (2006; 2010)²⁰, assim como na presente pesquisa. Os conhecimentos tradicionais também foram contemplados, nos artigos deste ano, a partir do conceito do etnodireito (MARQUES, 2014)²¹. O etnodireito, segundo Sousa (2020), é uma concepção do direito que luta pelo pertencimento cultural dentro da comunidade política, considerando que as diferentes culturas têm diferentes significados e formas diversas de lidar com conflitos, produzir consensos, definir relações de poder, estabelecer relações sociais e controlar as relações de produção e divisão de bens e riquezas. Desta forma, de acordo com a autora, o etnodireito se estabelece como o direito de igual pertencimento à comunidade política constitucional e que alimenta a luta permanente da comunidade política pela garantia da condição de pertencente.

No ano de 2020, observamos também um artigo que trata da ótica da agricultura familiar (NODA, 2009)²², que foi um trabalho realizado do ponto de vista da população amazônica. Esta perspectiva também foi utilizada na investigação da relação entre olhar científico e olhar tradicional (VASCONCELOS; FREITAS, 2012)²³. Considera-se importante

¹⁸ ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. 2. ed. Revisada e ampliada, São Paulo: Editora Livraria da Física, 2017.

¹⁹ Morin (2000; 2005) explica que o problema central do nosso sistema de conhecimentos se encontra na extrema compartimentalização dos mesmos, de forma que devemos procurar a superação de um mundo onde os problemas estão separados, e uni-los.

MORIN, Edgar. Os desafios da complexidade. In: **A Religação dos Saberes**. O desafio do século XXI (org. Edgar Morin), Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª ed, p. 559-67, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2ª ed., 2000.

²⁰ LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

²¹ MARQUES, Juracy. (org.). **Ecologias Humanas**. Feira de Santana-BA. UEFES, 2014. 462 p. il.

²² NODA, Sandra do Nascimento. (org.). **Agricultura familiar na Amazônia das águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas: Edua, 2009.

²³ VASCONCELOS, Elizandra Rêgo de; FREITAS, Nádia Magalhães da Silva. Amazônia, entre um olhar científico e um olhar amazônica: pistas para um processo educativo que inicia com as preocupações locais. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, v. 29, 2012.

destacar que esta relação entre saberes científicos e tradicionais de comunidades a respeito dos bens ambientais fomenta a abordagem interdisciplinar sugerida anteriormente, promovendo a valorização e a integração entre diferentes conhecimentos. E, segundo Reigota (2017), esta integração é fundamental quando procuramos enfrentar problemas ambientais e a construção de uma sociedade ética em suas relações sociais e com a natureza.

Finalmente, consideramos fundamental destacar uma pesquisa que foi realizada sob o ponto de vista do conhecimento tradicional sobre o uso de plantas medicinais do Cerrado (DIAS; LAUREANO, 2010)²⁴. Refletimos a importância desta pesquisa doravante a multiplicidade de temáticas voltadas à promoção da Educação Ambiental (EA), que surgem a partir de práticas e investigações com conhecimentos tradicionais, a exemplo de Guarim Neto (2006). O autor traz uma série de espécies pantaneiras utilizadas como plantas medicinais e revela indicadores pedagógicos para a EA através de plantas medicinais, como: as cidades do entorno, seus quintais e suas plantas medicinais; trilhas interpretativas da paisagem regional; hortas medicinais escolares; hortas medicinais comunitárias em áreas urbanas; a Escola, o pantanal e as plantas medicinais; a importância da manutenção de quintais em áreas urbanas e rurais.

Considerações finais

Consideramos em nosso trabalho que, para a transformação da realidade de crise socioambiental em que nos encontramos, necessitamos de uma filosofia do conhecimento que leve em consideração as trajetórias constitutivas da ciência, mas também os saberes culturalmente arraigados e reinventados pelas sociedades diversas (FLORIANI, 2010). Assim, com o intuito de compreender um pouco mais sobre a produção do conhecimento sobre estes saberes tradicionais no Brasil, nos propusemos a construir um mapeamento das investigações realizadas, a respeito de etnoconhecimento e conhecimentos tradicionais, em revistas de Educação Ambiental brasileiras nos últimos três anos.

²⁴ DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. **Farmacopéia popular do Cerrado**. 1ª ed. Articulação Pacari: Goiás, 2010.

Destacamos a relevância de pesquisas que realizem um diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes tradicionais, de modo que é interessante notar que não foram encontradas pesquisas realizadas em dois dos seis Biomas brasileiros. Com uma grande maioria das pesquisas realizadas na Caatinga, não obtivemos trabalhos que trouxessem discussões relativas a Mata Atlântica e nem ao Bioma Pampa. Ainda que a maioria dos Biomas tenha sido contemplada, é fundamental notarmos a lacuna de pesquisas com a temática apresentada em pesquisas no Sul do Brasil.

Compreendemos também que a etnociência, assim como diversos estudos culturais desenvolvidos a partir de saberes tradicionais a respeito dos bens ambientais, pode ser uma das maiores possibilidades de mudança dos conhecimentos e valores extrativistas associados à nossa sociedade do consumo, ou seja, na concepção de um sistema de conhecimentos que estejam atrelados à conservação do meio ambiente. Sendo assim, é fundamental termos em conta a importância de estudos de etnociências para a Educação Ambiental em uma perspectiva crítica, já que esta se propõe a combater a fragmentação do conhecimento produzida pela racionalidade econômica e empenha-se na instituição de um conhecimento interdisciplinar, que traga às sociedades humanas uma visão complexa de sua própria relação com os bens ambientais, no caminho da ressignificação do papel dos seres humanos enquanto seres naturais.

Em conclusão, observamos que ampliou-se uma valorização das discussões acerca do etnoconhecimento e dos conhecimentos tradicionais na temática ambiental e na Educação Ambiental. Entretanto, se faz necessário aumentar a quantidade de pesquisas com saberes tradicionais, principalmente no que se refere a desigualdades sociais e a pesquisas que tratem do conceito de Justiça Ambiental²⁵.

Referências

²⁵ Segundo Herculano (2008, p. 2), justiça ambiental é o “[...] conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas”.

ALMEIDA, Humberto Araújo de; BORGES, Anna Karolina Martins; OLIVEIRA, Auta Paulina da Silva; RAMOS, Maiara Bezerra; MARQUES, Roberta Smania. Etnoecologia em sala de aula: os entraves para integrar conhecimentos tradicionais ao conhecimento científico. In: **I CONIDIS** – I Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido, Campina Grande, 2016.

ALVES, Luciana e Sá. **A educação ambiental e a pós-graduação**: um olhar sobre a produção discente. 2006.178 p. Dissertação (mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BEGOSSI, Alpina. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. **Interciencia**. v. 18, n. 3, p. 121-132, 1993.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, Luiz Marcelo; MEGID NETO, Jorge; AMARAL, Ivan Amorosino; BONOTTO, Dalva Maria Bianchini; CARVALHO, Maria Bernadete Sarti da Silva; CAVALARI, Rosa Maria Feitero; FERNANDES, José Artur Barroso; KAWASAKI, Clarice Sumi; SANTANA, Luiz Carlos. **A educação ambiental no Brasil**: análise da produção acadêmica – teses e dissertações. CNPq: Relatório Científico. Rio Claro, UNESP – Rio Claro, UNICAMP, USP – Ribeirão Preto, 2016.

FLORIANI, Dimas. Complexidade e Epistemologia Ambiental em processos socioculturais globais e locais. **INTERthesis**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 45-64, 2010.

FLORIANI, Dimas. Por uma Epistemologia da diversidade. In: **Impactos Socioambientais** - o desafio da Construção de Hidrelétricas. 1a. ed. Canone Editorial: Goiânia, 2009.

FREIRE, André Luiz Bezerra Falcão. **Etnobotânica e percepção ambiental de pescadores e coletores tradicionais submetidos à escassez de recursos vegetais silvestres**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Biociências, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Natal, 2015.

FREITAS, Ana Valeria Lacerda de; COELHO, Maria de Fatima Barbosa; MAIA, Sandra Sely Silveira; AZEVEDO, Rodrigo Aleixo Brito de. A percepção dos quintais rurais por crianças de São Miguel, Rio Grande do Norte, Brasil. **Revista Verde**, Mossoró- RN, vol. 6, n°. 2, p. 212 – 220, 2011.

GUARIM NETO, Germano. O Saber Tradicional Pantaneiro: as plantas medicinais e a Educação Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 17, 2006.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecol. Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **InterfacEHS** (Ed. português), v. 3, p. 1-20, 2008.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. **Ensino, Saúde e Ambiente** – Número Especial, pp. 44-88, 2020.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação & Realidade**, vol. 34, n. 3, p. 17-24, 2009.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LORENZETTI, Leonir. **Estilos de pensamento em Educação Ambiental**: uma análise a partir das dissertações e teses. 2008. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

LORENZETTI, Leonir; DELIZOICOV, Demétrio. Educação Ambiental: um olhar sobre Dissertações e Teses. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 6, n. 2, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Contribuições teórico-metodológicas para a educação ambiental com povos tradicionais. **Ensino, Saúde e Ambiente** – Número Especial, p. 133-146, 2020.

MAGACHO, Larissa Nobre. **Pesquisa em Educação Ambiental e Movimentos Sociais**: um estudo sobre teses e dissertações brasileiras. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2017.

POSEY, Darrell A. **Os Kayapó e a natureza**. *Ciência Hoje*, v. 2, n. 12, p. 35-41, 1984.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Editora brasiliense, 2017.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (orgs.) **Ciências Humanas**: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SANTANA, Ronaldo Santos; SOFIATO, Cássia Geciauskas. O estado da arte das pesquisas sobre o ensino de Ciências para estudantes surdos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, p. 596-616, 2018.

SILVA, Marilena Loureiro da. A educação ambiental no ensino superior brasileiro: do panorama nacional às concepções de alunos (as) de pedagogia na Amazônia, **Revista Eletrônica do Mestrado Educação Ambiental**, V. Especial, 2013.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. Constitucionalismo e Colonialidade: novo constitucionalismo latino-americano e o direito da palavra da tradição africana como resistência na modernidade. **Espaço Ameríndio**, v. 14, n. 2, 2020.

SOUZA, Daniele Cristina de; SALVI, Rosana Figueiredo. Um mapeamento da pesquisa em educação ambiental nas pós-graduações stricto sensu no Brasil (2003-2007). **Revista Eletrônica do Mestrado Educação Ambiental**, v. 26, 2011.

SOUZA, Silvano Carmo de; LOGAREZZI, Amadeu José Montagnini. O exercício da liberdade na ética tradicional ribeirinha pantaneira amparado na dialogicidade e na criticidade: reflexões teóricas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13, n. 2, p. 101-116, 2018b. DOI: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.vol13.n2.p101-116>

VASCONCELOS, Flávia Gonçalves; BRAZ, Vivian da Silva; RODRIGUES, Fábio Fernandes. Percepção dos problemas ambientais em uma comunidade ribeirinha da região amazônica brasileira. **ANAI S SNCMA**, v. 8, n. 1, 2017. Disponível em: <http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/sncma/article/view/65> (Acesso em: 24 de janeiro de 2021).

Submetido em: 25-02-2021

Publicado em: 14-04-2022